

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 124º - A

Reavaliação do modelo de gestão em parceria público privada no Hospital Beatriz
Ângelo

Em 2023 o Governo toma as diligências necessárias para ser elaborada uma auditoria à gestão EPE do Hospital Beatriz Ângelo no ano de 2022, com a comparação à anterior gestão PPP.

Nota Informativa:

O relatório síntese do Tribunal de Contas sobre as quatro auditorias que realizou à execução das PPP de Cascais, Braga, Loures e Vila Franca de Xira entre 2014 e 2019¹ confirmou os desafios de eficiência no SNS, concluindo que a gestão privada dos quatro Hospitais gerou poupanças efetivas para o Estado de cerca de €203 milhões e recomendando, nomeadamente, a aplicação e a monitorização dos indicadores de desempenho de resultados previstos nos contratos de PPP a todos os hospitais do SNS e a generalização da aplicação e monitorização dos inquéritos de satisfação dos utentes

¹ <https://www.tcontas.pt/pt-pt/MenuSecundario/Noticias/Pages/n20210514-1.aspx>

e dos profissionais e dos sistemas de gestão da qualidade, previstos nos contratos de PPP, a todos os hospitais do SNS.

O relatório do Tribunal de Contas refere ainda que sem uma orientação e ferramentas de gestão adequadas aos desafios que enfrenta, o SNS não terá sustentabilidade financeira.

Em maio de 2021, o Tribunal de Contas concluiu que os hospitais em Parcerias Público-Privadas de Cascais, Braga, Vila Franca de Xira e Loures estavam plenamente integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e geravam poupanças para o Estado.

O Tribunal considerou que, a escolha entre a contratação pública tradicional e as PPP continuasse a ser fundamentada em análises custo-benefício, por forma a garantir a melhor aplicação dos dinheiros públicos para a satisfação de necessidades coletivas, em observância dos princípios da economia, da eficiência e da eficácia da despesa pública. Por outro lado, o Tribunal de Contas também identificou que os utentes das PPP estão protegidos por padrões de qualidade exigentes destes hospitais.

O Hospital Beatriz Ângelo, em Loures deixou de ser geridos em PPP, a 18 de janeiro de 2022, e desde então a degradação no atendimento e serviços passou a ser uma constante: fuga de recursos humanos, como é o caso dos anestesiólogos, urgências gerais e de ginecologia/obstetrícia fechadas, exames de diagnóstico atrasados, cirurgias adiadas.

As reclamações dos utentes em relação a hospitais e maternidades aumentaram 33% nos primeiros cinco meses do ano face ao período homólogo. Mais de 70% das queixas dizem respeito à falta de qualidade no atendimento pelos profissionais de saúde e há ainda a registar reclamações contra outros serviços de especialidades médicas. Segundo o Portal da Queixa, o Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, é a unidade com mais reclamações (tem mesmo o dobro face às outras unidades).²

Face a isto, e numa óptica de serviço focado no doente e na eficiente e efetiva gestão de recursos, deve o Hospital Beatriz Ângelo ser sujeito a nova auditoria, por forma a aferir-se a eficiência ou não da decisão tomada

² <https://observador.pt/2022/06/21/queixas-dos-utentes-de-maternidades-e-hospitais-disparam-33/>



São Bento, 11 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa